

Administração da Justiça em Portugal: Um domínio negligenciado nos tempos mais recentes?

José Miguel Cadete Melrinho (Universidade de Coimbra), Sérgio André Lopes Resende (Universidade de Coimbra) e Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso (Instituto Federal Goiano)

Tema: Outros temas relacionados à Administração da Justiça

RESUMO

A Administração da Justiça é um dos pilares das sociedades modernas, sendo cada vez mais frequente o debate do papel da estratégia nos serviços públicos, onde a temática se insere. No entanto, regista-se limitações de estudos e investigações a respeito do tema, particularmente à questão da estratégia aliada à Administração da Justiça em Portugal. Assim, este estudo vem combater esta lacuna com o desenvolvimento de Revisão Sistemática da Literatura - RSL sobre a temática da Administração da Justiça, em um intervalo de 6 anos, tendo-se obtido 70 resultados. Os resultados alcançados confirmam a escassa literatura científica sobre a área em território português, o que indica que a falta de produção e conhecimento através das investigações e estudos, contribuem para a estagnação e marasmo das estruturas e do modo de funcionamento da Administração da Justiça em Portugal. A globalização tem suscitado novos desenvolvimentos económicos, bem como exercido influência no surgimento de novos desafios tecnológicos, sociais e institucionais que os governos devem enfrentar. Neste sentido, os governos neste processo devem desempenhar um papel crucial em assegurar os serviços mais eficazes e eficientes possíveis aos seus cidadãos, não sendo exceção o setor da justiça. A Administração da Justiça é um campo que tem uma relevância muito acrescida na vida política e social de um Estado, estando diretamente relacionado com a mais abrangente Administração Pública. Tendo em conta que o setor da justiça tem enfrentado múltiplos desafios complexos, o que vem contribuindo de forma negativa para imagem junto as sociedades atuais na forma e na atuação das estruturas de justiça. Uma boa administração de um sistema de justiça contribui para a coesão social e para o desenvolvimento político e econômico de uma nação. Este sistema pode na sua atividade diária promover relações sociais baseadas em valores e princípios éticos, que inclui o respeito pelas leis e normas que definem e regem as relações sociais ou comerciais



de uma sociedade, tal como o reconhecimento dos direitos existentes dos indivíduos (Viapiana & Fabri, 2019). Além disso, uma eficiente Administração Pública irá tornar as suas áreas, designadamente a da Administração da Justiça, capaz de obter melhores resultados e serviços mais qualificados, que está diretamente ligada à redução do nível de corrupção e ao aumento da confiança por parte dos cidadãos na administração pública nacional (Batalli & Pepaj, 2017). Por outro lado, um setor tão antigo e tão consolidado nos seus valores e conceções, pode ter mais dificuldade em estar recetivo a novas práticas de gestão oriundas da New Public Management, que tornem o sistema judicial mais ágil, mais transparente e ao serviço das respetivas comunidades. O conservadorismo no setor cria entraves à adoção de novas estratégias que sejam benéficas para este domínio. Por exemplo, a maior complexidade das leis, o maior número de intervenientes nos processos, a multiplicidade de fontes do direito ou o gasto dos estados cada vez maior com a justiça, são questões que dificultam o aumento da qualidade dos sistemas de justiça nas sociedades contemporâneas (Pedroso, 2003). É por isso, importante referir que o conjunto de reformas que já foram ou estão para ser implementadas no setor em Portugal, estão dependentes de um enquadramento num contexto específico, significando que dentro da Administração Pública existem diversas opções, prioridades ou pensamentos que podem variar consoante o contexto económico, político e social (Correia & Pereira, 2021). Neste contexto, Guimarães et al (2018), sugere que esta área não tem recebido a atenção devida por parte da comunidade científica que participa nos principais temas da Administração Pública. Aliado a esta questão, surge também a atratividade de um setor como o da justiça na criação de estudos, no entanto, esses mesmos estudos estão centralizados na avaliação do desempenho da mesma, e não na análise de estratégias e decisões que tem sido realizadas com o propósito de construir um setor mais eficiente (Correia & Resende, 2023). Na conjuntura delineada, o presente estudo assentará na realização de uma revisão sistemática da literatura com o tema Administração da Justiça em Portugal, com o objetivo de apurar o que está a ser estudado sobre a temática, abordando também a importância da estratégia no setor da justiça. Espera-se também com este estudo, combater a escassez de investigações da respetiva temática e assim, contribuir para a sua literatura científica. Além disso, o estudo poderá ter uma contribuição importante no sentido de aumentar o conhecimento dos leitores acerca da relevância deste tema e da importância que representa para as sociedades atuais. Para tanto, será

buscado na literatura os principais conceitos sobre o assunto, com o propósito de situar o leitor relativamente à temática. Em seguida, surge a metodologia e uma explicação do protocolo da RSL, para uma melhor compreensão prática do estudo. Por fim, irá ser realizado um balanço dos resultados obtidos, como também as principais conclusões, limitações e perspectivas futuras.

Palavras-Chave: Revisão Sistemática da Literatura; Administração da Justiça Portugal; Administração Pública.

Referências

Batalli, M., & Pepaj, I. (2017). Increasing Efficiency in Public Administration Through a Better System of Administrative Justice. *Pécs Journal of International and European Law*, 11, 54-65. <https://ceere.eu/pjiel/wp-content/uploads/2019/03/mirlinda.pdf>.

Correia, P. M. A. R., & Resende, S. A. L. (2023). Justiça no século XXI: um setor inovador num mundo em transformação- análise ao programa “Justiça+Próxima”. *Lex Humana*, 15 (1), 71-89. <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/2374>.

Correia, P. M. A. R., & Pereira, S. P. M. (2021). A Política de Modernização do Estado e o Programa Justiça + Próxima: Meios de Resolução Alternativa de Litígios entre 2016 e 2018. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, 29 (125), 181-196. <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/41302>.

Guimarães, T. A., Gomes, A. O., & Filho, E. R. G. (2018). Administration of justice: an emerging research field. *RAUSP Management Journal*, 53 (3), 476-482. <http://www.emeraldinsight.com/2531-0488.htm>.

Pedroso, J. (2003). Percurso (s) da (s) reforma (s) da administração da justiça- uma nova relação entre o judicial e o não judicial. *Direito e Democracia*, 4 (1), 47-89. <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/direito/article/view/2446/1672>.

Viapiana, F., & Fabri, M. (2019). Administration of Justice and Courts´ Budget: An Independence and a Managerial Issue. *Public Sciences & Policies*, 5 (1), 53-68.

